

FORMAÇÃO DE UM CLUSTER NO SEGMENTO DE CONFEÇÕES-VESTUÁRIO: O CASO DE PONTA GROSSA-PR

*Alessandro Kremer*¹
*Eloiza Ávila de Matos*²
*João Luiz Kovaleski*³

RESUMO

O trabalho apresenta um estudo para organização de um cluster do setor de confecção-vestuário na cidade de Ponta Grossa-Paraná. Explicita-se fatores incidentes sobre a evolução das políticas de desenvolvimento regional. A metodologia empregada: caracterização sócioeconômica do município e o estado da arte em relação ao setor foi construída a partir de pesquisa documental. Utilizou-se uma entrevista semi-estruturada com representantes do governo municipal para conhecer as ações imediatas. Pela análise, torna-se evidente a intenção do governo municipal em aproximar os atores responsáveis para a formação do cluster. A elaboração de um arcabouço conceitual- estrutural acerca da formação de *cluster* aponta para a conformação básica em apoio institucional e um forte indício para o estabelecimento da interação universidade-empresa-governo nesse processo.

Palavras-chave: Cluster; Confecção-vestuário; Políticas de desenvolvimento.

ABSTRACT

The paper presents a study on the organization of a cluster for the textile industry in the city of Ponta Grossa-Paraná. The incident factors to the evolution of the policies of regional development have been explained. The employed methodology: partner-economic characterization of the city and the state of the

-
- ¹ Especialista em Gestão Industrial, Mestrando em Engenharia de Produção do CEFET-PR. Secretário do Programa de Pós-Graduação da Unidade Ponta Grossa, do CEFET-PR. Professor de Administração de Empresas das Faculdades FAFIT/FACIC, da cidade de Itararé-SP. alessandro@pg.cefetpr.br
 - ² Doutoranda em Educação-Unimep. Mestre em Tecnologia. Professora de Língua Portuguesa da Unidade Ponta Grossa, do CEFET-PR. elomatos@pg.cefetpr.br
 - ³ Doutor em Instrumentação Industrial pela Universidade de Grenoble – França. Professor e Vice-Diretor-Geral do Sistema CEFET-PR. kovaleski@pg.cefetpr.br

art in relation to the sector was constructed from documentary research. Interviews half-structuralized with representatives of the municipal government were used in order to find out the immediate actions. For the analysis, it becomes evident the intention of the municipal government in approaching the responsible actors for the formation of the above mentioned cluster. The elaboration of a conceptual - structural framework about the formation of that cluster it points with respect to the basic conformation in establishment support and there is a strong indication for the settlement of the interaction university-company-government in this process.

Keywords: Cluster; Confection-clothes; Politics of development.

1. INTRODUÇÃO

O alargamento de horizontes para o desenvolvimento regional tem como premissas a dotação de infra-estrutura e políticas de fomento. Todavia o desenvolvimento regional efetivo, seu conteúdo, sua forma, seu ritmo e sua capacidade de autosustentação a longo prazo resultam da capacidade local de empreender permanentemente a partir de “novas combinações de fatores”. Para tanto os gestores devem-se valer constantemente da identificação de novas oportunidades de investimento que gerem postos de trabalho, divisas, impostos e, conseqüentemente, que fortaleçam a região.

Reconhecer nesse emaranhado de possibilidades a vocação local torna o território espaço por excelência para a coordenação de ações, de cooperação, e, por conseguinte, da inovação.

O Brasil, a partir de 2003, segundo Wittmann (2003, p. 1), tem procurado saídas para o aumento da competitividade a partir de formação de redes de empresas, a exemplo do norte da Itália, onde, há muito tempo, formam-se essas redes através de inúmeros consórcios: empresas, universidades e centros de pesquisa, que se uniram para formar o ambiente ideal à competição.

Para organizar o processo de desenvolvimento em bases locais, pode-se partir de um conjunto de atividades a serem desenvolvidas em regime de parceria e cooperação entre os vários segmentos da sociedade.

Nesse cenário a formação de cluster constitui uma nova forma de esforço pelo desenvolvimento econômico e social, tanto em regiões industrializadas, como naquelas em fase de industrialização.

O reconhecimento de um entorno favorável para o progresso, no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, ou seja, a existência de um parque industrial relativamente estruturado, a localização geográfica privilegiada, principalmente pela proximidade com a capital e os portos de Paranaguá, no

Paraná, e Joinville, em Santa Catarina, e um conjunto de indicativos que apontam para uma vocação ainda incubada dentro de micro e pequenas empresas do município consubstancia a criação do Pólo de Confeções-Vestuário na região.

O mecanismo em estudo, para tal, é a formação de um *cluster*, uma vez que este possibilita a reunião de pequenas ou médias empresas, num mesmo local, com grandes níveis de entrosamento entre si.

A proposta de viabilização do Pólo de Confeções-Vestuário, nesse viés, associa o exercício pleno da cidadania à atividade empreendedora e procura atender as demandas da comunidade, pela visão cooperativa e solidária. Busca, também, valorizar as pessoas à margem dos processos decisórios sobre seu destino, incentivando a organização produtiva e viabilizando a distribuição de renda.

2. O MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA – PARANÁ

Nas quatro primeiras décadas do século XX, o crescimento econômico de Ponta Grossa elevou-a à condição de Pólo Regional no Paraná e à segunda posição no que diz respeito ao contingente populacional.

A proximidade com a capital do Estado (118 km), com o Porto de Paranaguá (278 km) e, ainda, com o Porto de Itajaí em Santa Catarina (330 km), aliada a fatores como capital, mão-de-obra, mercado relativamente concentrado, matéria-prima abundante e com preço acessível, boa capacidade energética, entroncamento rododiferroviário com estradas bem preparadas, contribuíram para este desenvolvimento.

O Município está classificado em quarto lugar entre as cidades mais populosas do Estado do Paraná. Segundo o censo do ano de 2000, Ponta Grossa conta com 273.469 habitantes tendo uma taxa de crescimento anual de 1,94%.

Aliado a esse cenário, o Município conta com uma estrutura universitária composta por uma Universidade Estadual, quatro particulares e uma Universidade do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR).

2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

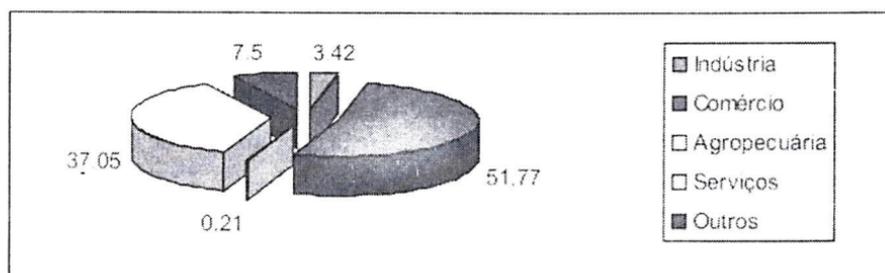
Economicamente, segundo os dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000), a cidade está dividida em 5% no setor agropecuário, 56% no setor industrial e 39% no setor de prestação de serviços.

No ano de 2004, o governo municipal entabulou uma pesquisa realizada por órgãos não-governamentais e pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, a qual resultou no Levantamento Sócioeconômico do Município. Foram aplicados 4.802 questionários entre junho e setembro daquele ano.

Os resultados apontam que do total de empresas instaladas, apenas

3,42% são do segmento industrial. O comércio e a prestação de serviços, juntos levaram a fatia de 88,75% do número de empresas instaladas. O gráfico abaixo melhor visualiza a explicação:

GRÁFICO 1 – Percentual de empresas formais por setor ou ramo de atividade no município de Ponta Grossa.



Fonte: Levantamento sócioeconômico do município de Ponta Grossa - Centro de Estudos Rouger Miguel Vargas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Um fator importante a ser considerado é que apesar do pouco número de indústrias no Município, em relação a sua economia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indica que as indústrias caracterizam 56% do PIB de Ponta Grossa.

2.2 POTENCIAL DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NA REGIÃO DE PONTA GROSSA

No ano de 2003, o IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social publicou o documento: “Arranjos produtivos locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 90”. O documento divide o Estado do Paraná em regiões dotadas de significado político, econômico e sócio-cultural.

Nesse contexto, o município de Ponta Grossa, inserido na região Centro-Oriental Paranaense, compõe o eixo Ponta Grossa-Castro. Constituem essa região as cidades de: Arapoti, Carambeí, Castro, Imbaú, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Reserva, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania, assentadas na bacia hidrográfica dos Rios Tibagi e Itararé.

O documento aponta, em seus dados finais, que na região de Ponta Grossa – Castro há potencial para consolidação de arranjos produtivos locais nos setores de esmagamento de soja, agroquímico, celulose, papel e papelão.

Com relação ao potencial para arranjo produtivo local no segmento de confecção-vestuário, não é citada a região de Ponta Grossa; por outro lado demonstra-se o enfraquecimento desse pólo na região de Cornélio Procópio - Bandeirantes e Campo Mourão - Goioerê, devido à baixa produção de algodão naquela década.

2.3 CENÁRIO ATUAL DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO-VESTUÁRIO NO MUNICÍPIO

De acordo com a tabela estatística do Sebrae Nacional, o município de Ponta Grossa, na área da Indústria de Transformação, possui 61 confecções-vestuário classificadas em micro e pequenas empresas, correspondendo a 7,6% das indústrias do Município e mais 21 especializadas em peças interiores do vestuário, correspondendo a 2,1% delas.

Totalizando 82 micro e pequenas empresas, o setor de confecções-vestuário fica com 9,7 % da produção industrial do Município.

Com relação ao tamanho dessas indústrias por número de empregados, o Sebrae assim as classifica:

TABELA 1 – *Classificação de indústrias de micro e pequeno porte no segmento de confecção-vestuário em Ponta Grossa – Paraná x Número de empregados*

Classificação das Indústrias	MPE's por faixa de número de empregados				
	00-04	05-09	10-29	30-49	50-70
Confecção de outras peças do vestuário	53	3	4	1	0
Confecção de peças interiores do vestuário	15	4	2	0	0

Fonte: Sebrae Nacional.

Os órgãos municipais admitem não possuir o levantamento completo das pequenas e microempresas de transformação na área de confecções-vestuário. Estima-se que o número de empresas informais neste setor seja bem maior, o que estabelece a necessidade de levantamento sobre a situação real. A Secretaria de Indústria e Comércio pretende realizar campanha de cadastramento para diagnosticar o número exato dessas pequenas indústrias.

2.4 AÇÕES GOVERNAMENTAIS E POLÍTICA DE FORTALECIMENTO VISANDO O IMPULSO DO DESENVOLVIMENTO DO PÓLO DE CONFECÇÕES DE PONTA GROSSA

Para a gestão municipal 2005-2008 foi criada a Secretaria Municipal de Qualificação Profissional (S.M.Q.P.), com o objetivo principal de equalizar a promoção da qualificação profissional no município de Ponta Grossa.

Com vistas a essa finalidade, foi estruturado o Plano Municipal de Qualificação Profissional (P.M.Q.P.), o qual está ligado às diretrizes do Plano Territorial de Qualificação (PLANTEQ) do governo estadual que, por sua vez, segue as regras do Plano Nacional de Qualificação (P.N.Q.), formulado pelo Ministério do Trabalho e Emprego para o período 2003-2007.

Enquanto aguarda a liberação da verba do Fundo de Amparo ao Trabalhador -FAT, o executivo municipal, com recursos próprios, iniciou um programa de qualificação na área de costura industrial básica. O curso formatado com carga-horária de 180 horas, para 300 pessoas, é considerado o *start* para o desenvolvimento do Pólo de Confeções-Vestuário do Município.

O fluxo abaixo descreve a metodologia que está sendo seguida no planejamento para o desenvolvimento da qualificação profissional:

FIGURA 1 – Plano Municipal de Qualificação



Fonte: Secretaria Municipal de Qualificação Profissional da Prefeitura de Ponta Grossa.

A fase de planejamento desse processo de qualificação imediata para o setor, passou pelas seguintes fases:

- reuniões com representantes do setor de confecção-vestuário e com os possíveis executores da qualificação para definir as principais necessidades no ramo;
- aprovação de uma proposta macro de padronização da qualificação profissional do Município. A partir daí, foram criados cursos em módulos, definidos os conteúdos programáticos e carga-horária;

- c) eleição do Curso de Costura Industrial Básica, como início do processo a ser percorrido para a estruturação do Pólo de Confeções;
- d) diagnóstico da demanda existente, realizado pela Agência do Trabalhador e a projeção dos postos de trabalho, a que os novos profissionais vão aderir, definida por meio da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), organizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

3. PENSANDO ESTRATÉGIAS PARA ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO DO SETOR CONFECÇÃO – VESTUÁRIO

A identificação de mecanismos mais apropriados para o progresso regional, em particular, buscando instrumentos capazes de promover a criação e o desenvolvimento de micro e pequenas empresas na área de confecção-vestuário, perpassa a proposição de planos de pesquisa e a sustentação em um arcabouço conceitual de estrutura-estratégia-desempenho. Desse modo, esboça-se uma breve revisão de literatura para impulsionar bases para a estruturação de um modelo de formação de um *cluster*.

3.1 REDES

Segundo Amato (2000, p.46), rede de empresas é uma organização sistemática de atividades econômicas por meio de ações cooperadas entre as firmas.

Apoiado em Casarotto (2001, p.87), um aglomerado de empresas pode ser definido como rede, desde que estejam ligadas umas às outras por comunicação formal ou simplesmente negocial, podendo ou não estar delimitadas a uma mesma região.

Eiriz (2001, p.2) afirma que uma rede de empresas é formada por pares que fazem trocas a longo prazo e que, ao mesmo tempo, não conseguem conversar e resolver disputas que ocorrem durante a troca, enquanto, na pesquisa realizada por Wittmann (2003, p.4), a Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais do Rio Grande do Sul define rede de empresas como: “redes de cooperação que reúnem empresas que possuem objetivos comuns, em uma entidade juridicamente estabelecida, mantendo, no entanto, a independência e a individualidade de cada participante”.

3.2 CLUSTERS

Economicamente, *clusters* podem ser definidos como aglomerados de atividades produtivas afins, localizadas em determinado espaço geográfico e desenvolvidas por empresas autônomas de pequeno, médio e até de grande porte, intensamente articuladas, constituindo ambiente de negócios em que prevalecem relações de recíproca confiança entre as diferentes partes envolvidas. Tais empresas são apoiadas por instituições provedoras de recursos humanos, de recursos financeiros e de infra-estrutura.

Michael Porter, da Universidade de Harvard, pode ser considerado o criador do termo e o maior especialista no estudo e desenvolvimento dos *clusters* (ANDRIETTA, 2000, p.3).

Porter (1998) aponta que *cluster* é um agrupamento concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas, numa determinada área, vinculada por elementos comuns e complementares. A formação de um cluster varia de uma única cidade ou estado para todo um país ou mesmo uma rede de países vizinhos.

Casarotto et al. (1999, p.87) define *cluster* como sendo “pólo consolidado em que haja forte interação entre empresas, estendendo-se verticalmente a jusante e a montante, lateralmente, e comportando entidades de suporte privadas e governamentais”.

A Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial – UNIDO é ainda mais direta e sintética: “Cluster é o lugar ideal onde as empresas competem e prosperam” (ANDRIETTA, 2000, p.2).

3.3 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLs)

Os arranjos produtivos locais (APLs), de acordo com Amato (2000, p.57), são definidos como um fenômeno vinculado às economias de aglomeração, associadas à proximidade física das empresas fortemente ligadas entre si por fluxos de bens e serviços.

Segundo o glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais, APLs são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas. Incluem, também, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (BRITO & ALBAGLI, 2003).

Uma definição que chama bastante a atenção sobre APL é a de Casarotto (2000, p. 84). O autor afirma que APLs “são redes cooperativas de negócios caracterizadas por uma concentração territorial, por especialização em torno de um produto básico e por ativa solidariedade entre os vários atores”.

3.4 AS VARIAÇÕES CONCEITUAIS

Existem na literatura inúmeras variações conceituais correlatas. Muitas vezes, um mesmo processo é definido como rede de cooperação, *cluster* ou arranjo produtivo local. As diferenças de terminologia, de acordo com o pensamento dos autores, podem ser expressas da seguinte forma:

Rede de Empresas: Aglomerados de empresas que iniciam um processo de organização mais ou menos comum e com algum diálogo em forma de troca de informações.

Cluster: Rede de empresas com forte poder cooperativo, associativo e muitas vezes consorciadas, situadas em uma determinada região geográfica, podendo ou não pertencer a um mesmo setor, conversando intensamente entre si e com entidades governamentais e não governamentais, acrescidas de pesquisa e desenvolvimento constante.

Arranjo Produtivo Local: A junção de todos os conceitos acima, incrementados com a área social e cultural. As palavras-chave de ação são: solidariedade e qualidade de vida.

Graça (2004, p. 61) demonstra que, seja qual for o consenso que seja feito quanto à definição conceitual a ser utilizada, terá que existir sempre um elemento-chave: cooperação. Já Casarotto (2000, p. 84) aponta para mais um elemento-chave: a solidariedade.

3.5 O APOIO INSTITUCIONAL NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO CLUSTER

A estrutura piramidal de formação e consolidação de um cluster tem sua base solidificada por apoio institucional. São as redes de instituições públicas, privadas e até ONGs que atuam em torno do *cluster* como estimuladoras e catalisadoras da integração e da colaboração dos atores (governo em todos os níveis e iniciativa privada), inclusive mediando eventuais conflitos de interesses entre as firmas/instituições, tendo em vista a sustentabilidade do processo.

Na figura abaixo, pode-se observar, além desse apoio, todos os demais atores que influenciam a composição de sua estrutura:

Esse apoio é composto de recursos humanos qualificados, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, recursos financeiros e de capital e infraestrutura econômica e social. A articulação desses itens promove a sustentação para a produção e a estruturação inicial de um *cluster*. Os agentes envolvidos nesse suporte para a competitividade são: governo, universidades, órgãos de fomento e pesquisa, bem como a própria iniciativa privada, compondo assim uma cadeia produtiva comunicativa.

Um dos papéis, que cabe ao governo, é apoiar as iniciativas de identificação das manifestações espontâneas embrionárias de um *cluster* (NETO, 2005, p.4).

Outros papéis com os quais um governo pode e deve contribuir na estruturação de um *cluster* são os seguintes:

- a) estabelecer um ambiente econômico e político estável e previsível;
- b) aumentar a disponibilidade, qualidade e eficiência de inputs de caráter geral e das instituições;

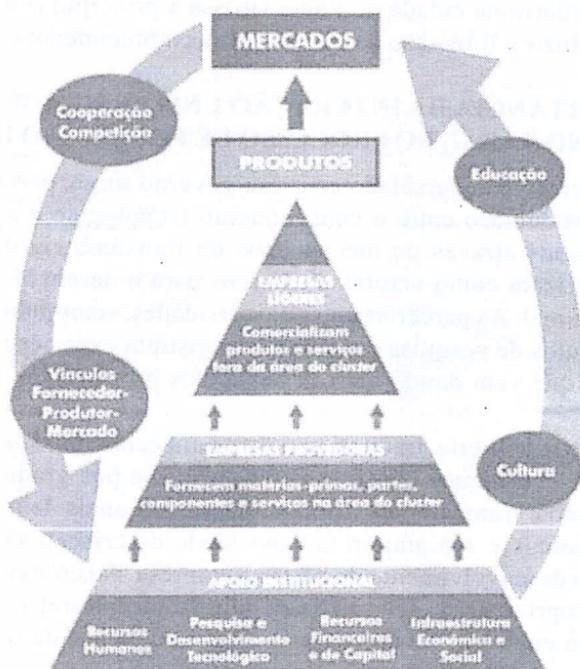
- c) criar um contexto que incentive inovações e avanços;
- d) reforçar a formação de *cluster* e sua constante melhoria e avanços na economia;
- e) criar e comunicar uma visão econômica regional, positiva, distinta e atuante que possibilite mobilizar os cidadãos para a ação.

O poder executivo municipal, como articulador no processo de estudo de formação de *cluster* no setor confecção-vestuário, tem um importante papel ao traçar linhas de ação-coerentes com os desafios que se apresentam.

Nessa fase inicial, o governo municipal propôs desencadear uma campanha motivacional para promover a construção de um pólo de confecções. Os dados apresentados, em item anterior, mostram ações que a Secretária de Qualificação Profissional está executando na tentativa de buscar induzir uma vocação, que se supõem, exista no Município.

Ponta Grossa rende-se ao objetivo de catalisar esforços que permitam modificar o pensamento cultural de líderes empresariais, estimulando-os à organização de uma rede de produtores confeccionistas que acreditem na idéia e mantenham a disponibilidade de organização.

FIGURA 2 - Representação esquemática da estrutura de um cluster



Fonte: <http://www.gerenegocio.com.Br>

A importância que se dá à política de fortalecimento econômico do município estudado, por enquanto, está centrada na formação de mão-de-obra para o setor de confecções.

Reforça-se constantemente a vontade de formação do *cluster* no setor; no entanto, não está exatamente definido o rumo metodológico mais eficaz.

Desse modo, baseando-se nas atividades governamentais já estabelecidas, verifica-se que em Ponta Grossa:

- a) o ambiente econômico e político é muito vulnerável, assim como no restante do País;
- b) é vontade do executivo promover feiras da moda que possam mostrar o que Ponta Grossa produz; no entanto, não há produção suficiente nem espaço para o intento.
- c) conforme o cenário apresentado anteriormente, as indústrias de confecção estão caracterizadas como micro e pequenas empresas em número de 82, segundo pesquisa do SEBRAE. Pelo porte destas fábricas, presume-se que não há, ou há muito pouco avanço tecnológico. O governo municipal ainda não tem um plano de incentivo para a promoção tecnológica dessas pequenas confecções.

Como se percebe, a base da pirâmide para estruturar um *cluster* de confecção-vestuário na cidade de Ponta Grossa a princípio está esboçada na intenção de induzir a formação de mão-de-obra empreendedora.

4. A IMPORTÂNCIA DA INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA-GOVERNO (U-E-G) NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CLUSTER

A cooperação universidade-empresa-governo surge, portanto, como alternativa de articulação entre o conhecimento tecnológico e a demanda por novas tecnologias através de mecanismos de transferência de tecnologias que se caracterizam como vetores dinâmicos para o desenvolvimento local, regional e nacional. As parcerias entre universidades, setor público, iniciativa privada, institutos de pesquisa entre outros registram experiências criativas e fundamentais que vem dando marcas às regiões propensas a novos investimentos.

A universidade cria, traduz e transfere conhecimento. Ela é responsável pela formação de recursos humanos na graduação e pós-graduação. No processo de criação e transferência, formam-se profissionais de todos os níveis. Esses profissionais e sua adquirida capacidade de criação são os produtos centrais para o desenvolvimento de P&D na empresa. Ao criarem conhecimento novo e apropriarem-se dele, dão um salto transcultural na passagem da universidade à empresa, favorecendo o estabelecimento de uma linguagem comum entre as duas culturas.

A interação universidade-empresa-governo (U-E-G) pode ocorrer de

diversas maneiras e mecanismos. Para Carvalho (2000, p. 198-199), a empresa apresenta desafios e solicitações e, como contrapartida, oferece investimentos e a possibilidade de desenvolvimento de tecnologia em parceria, sendo esse o benefício mais aparente para a instituição (universidade). Esta, por sua vez, oferece informação tecnológica, desenvolvimento de novos produtos/processos, educação continuada, cursos extraordinários, consultorias e mão-de-obra capacitada, possíveis benefícios mais imediatos para a empresa.

As instituições de ensino que participam de projetos de interação U-E-G tendem a desenvolver diversos mecanismos para atender às exigências impostas pelos projetos. Entre estes mecanismos encontra-se o estímulo a professores e pesquisadores que possuam inclinação e interesse em atuar na cooperação com empresas, ocorrendo assim, o surgimento de uma parceria interna em conjunto com uma parceria externa (CARVALHO, 1997); e a aprendizagem no desenvolvimento de procedimentos relacionados à gestão tecnológica (gestões de projetos, de demanda, de informação), e como eles refletem na qualidade de ensino (CARVALHO; 2000, p. 199).

O processo de cooperação depende claramente de dois fatores básicos: a busca da compatibilidade com o universo econômico, cultural e político das instituições e a existência de mediações eficientes.

Nesse processo de formação de redes produtivas, arranjos locais e *clusters*, não se pode ignorar o vínculo estreito existente entre a questão estratégica quanto nos termos operacionais. O sucesso da cooperação depende da gestão eficiente das interfaces – desde o alinhamento de percepções dos cooperantes a respeito de quais são os diferentes objetivos visados com a relação e os condicionantes que cada cultura impõe, até o gerenciamento dos projetos e atividades envolvidas na transformação dos objetivos estipulados em resultados tangíveis.

Brisolla et al. (1997) menciona o governo como ator no processo de interação U-E-G:

As tentativas do governo de incentivar o estreitamento de laços entre universidade e empresa não tiveram até hoje os resultados esperados, mas a crescente preocupação das empresas com a competitividade deverá mudar os prognósticos daqui por diante dessa interação, que constitui um recurso importante para essa finalidade. As novas configurações propostas para os sistemas de inovação incorporam redes de interrelação entre empresas, universidades e institutos de pesquisa. Nessas redes, que constituem a base da nova sociedade do conhecimento, a universidade terá necessariamente um papel transcendental.

A relação U-E-G vai depender, na grande maioria dos casos, de estratégias que possam contemplar os interesses de ambas as partes, e estas estratégias precisam ser desenvolvidas através de um processo de comunicação que redunde em boa negociação (MATOS, 2005, p. 3).

A aproximação universidade-empresa-governo municipal tende a se fortalecer cada vez mais, ao mesmo tempo em que inúmeros mecanismos são criados para estimular o desenvolvimento de *clusters*. É importante que nessa interação a comunidade científica da universidade intervenha para revigorar o processo criativo das empresas cooperantes.

Se para a universidade a cooperação pode representar fonte complementar de recursos financeiros para custeio da pesquisa básica e aplicada, novos temas para a pesquisa e a formação de pesquisadores; para as empresas significa um valioso mecanismo de sobrevivência no mercado.

5. CONCLUSÕES

Definidos e separados os conceitos de redes, clusters e arranjos produtivos locais, ficou mais fácil entender em que nível de intenção está o município de Ponta Grossa.

O nível embrionário de um *cluster* confeccionista aparece no topo do poder municipal simplesmente como idéia. Ao que parece, a qualificação profissional que está sendo imediatamente realizada, auxilia no pensar de uma futura cadeia produtiva; porém, se for uma ação isolada, terá seus objetivos bastante obstruídos.

É evidente que a universidade deverá ter um papel preponderante na base de sustentação do futuro empreendimento. Deve ser um dos agentes de motivação de empreendedores e de futuros empreendedores no ramo de confecção, capaz de mostrar a importância e utilidade de pesquisa para o desenvolvimento deste negócio.

Pode-se presumir que os primeiros parceiros a serem procurados pelo governo municipal devem ser as universidades e os centros tecnológicos do Município. O processo de educação e transformação da mudança cultural dos empresários e da própria população será tarefa árdua a ser manipulada com muita técnica e poder de persuasão.

As características do município, aliadas aos dados estatísticos sobre o ramo de confecção-vestuário informam que os atores do processo terão longa tarefa pela frente. O rumo metodológico ainda não foi alcançado. A possível utilização de um modelo poderá levar ao sucesso na formação de um *cluster*.

O desenvolvimento político para uma maior coesão entre universidade, instituições de fomento e indústrias possibilitaria a aceleração e solidificação deste cluster emergente.

O *cluster* confeccionista de Ponta Grossa surgirá verdadeiramente quando existirem empresas-líderes. Mas empresas não são líderes isoladamente. Quando uma empresa líder sentir o peso da necessidade de boas empresas provedoras (matéria-prima e insumos) e também de apoio institucional, a cooperação tende a ficar mais forte.

A indução se faz necessária neste momento para que o interesse pelo fato seja despertado na sociedade.

Sugere-se ao executivo municipal o roteiro de contribuições anteriormente exposto. Ele detém os passos e a visão necessária ao desenvolvimento local.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMATO, J. N. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais: oportunidades para pequenas e médias empresas.** São Paulo: Atlas, 2000.

ANDRIETTA, Antonio Joaquim. **Clusters, conceitos e aplicações.** [Análises]. Santo André: 2000.

BRISOLLA, Sandra et al. As relações universidade-empresa-governo: Um estudo sobre a Universidade Estadual de Campinas. **Educação & Sociedade**, ano XVIII, n. 61, p. 187, dez. 1997.

BRITO, J. & ALBAGLI, S. Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais. REDESIST. Redes de pesquisa em sistemas produtivos e inovativos locais. Rio de Janeiro. Disponível em www.ie.ufrj.br/redesist. Acesso em 04 abr. 2005.

CARVALHO, H. G. de. **Cooperação com empresas: benefícios para o ensino.** Curitiba, 1997. 166p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia. Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná – CEFET-PR.

_____. **Inteligência competitiva tecnológica para PMEs através da cooperação escola-empresa: proposta e um modelo.** Florianópolis, 2000. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina.

CASAROTTO FILHO, Nelson et al. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana.** São Paulo: Atlas, 2001.

CENSO 2000. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 09/04/2005.

DADOS ESTATÍSTICOS DOS MUNICÍPIOS. Sebrae Nacional. Disponível em <<http://www.geo.sebrae.com.br>> Acesso em 08/04/2005.

DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. Desenvolvimento de Pontá Grossa. Disponível em <http://www2.pontagrossa.pr.gov.br>. Acesso em 10/04/2005.

EIRIZ, Vasco. Proposta de tipologia sobre alianças estratégicas. **Revista de Administração Contemporânea**. v.5, n 2, maio/agosto, 2001.

EPSZTEJN, Ruth. Proposta de modelo teórico de Cluster de pequenas e médias empresas para o pólo de confecções de moda íntima da região de Nova Friburgo – RJ. In: ENCONTRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 21 Salvador. *Anais...* Salvador, 2001.

GRAÇA, Hélio. A estratégia de desenvolvimento com clusters: a experiência do Banco da Amazônia. *Revista T&C Amazônia*, Manaus, ano 2, n 4, p. 56-61, 2004. ISSN 1678-3824. Publicação quadrimestral da Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social: Base de Dados. Arranjos produtivos locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 90. Curitiba: IPARDES, 2003. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br>. Acesso em 08 abr. 2005.

MATOS, Eloísa Aparecida Silva Ávila de; KOVALESKI, João Luiz. Metodologia de Negociação entre Empresa-Universidade-Governo. *Revista Gestão Industrial*, Ponta Grossa, ano 1, v.1, n 1, p. 61, 2005. ISSN 1808-0448. Publicação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção do CEFET-PR – Unidade Ponta Grossa.

NETO, Alfredo Lopes; OLIVEIRA, José Aldro Luiz de. O que é *cluster*? Portal Geranegócio. Fortaleza, 2005. Disponível em: <http://www.geranegocio.com.br>. Acesso em 17 mai. 2005.

PORTER, M. E. Clusters and the new economics of competition. *Harvard Business Review*. USA, 1998.

WITTMANN, Milton Luiz et al. Redes de empresas: alternativa competitiva para micro empresas do setor de vestuário. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 23, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto, 2003.